

# Legado de Toffoli é minar a confiança no Brasil

ARTIGO

Raquel Landim

Jornalista, é âncora na CNN Brasil

Quando, em setembro de 2023, o ministro Dias Toffoli carregou nas tintas em seu desagravo ao presidente Lula da Silva e anulou as provas da delação da Odebrecht, pairavam muitas dúvidas sobre as repercussões da sua decisão.

Passados cinco meses, está mais clara a estratégia das empresas e dos executivos que foram pegos nos esquemas de corrupção revelados pela Operação Lava Jato e outras investigações correlatas.

A J&F abriu a fila, pedindo suspensão do pagamento de multa bilionária para ter acesso aos dados da Operação Spoofing, e classificando aquele primeiro agrado a Lula (cuja prisão o ministro chamou de “armação”) como “decisão paradigmática” por reconhecer os abusos da Lava Jato.

Foi o suficiente para que Toffoli entendesse que havia “dúvida razoável” se os irmãos Joesley e Wesley Batista tinham, espontaneamente, confessado seus crimes e aceitado pagar multa para se livrar deles. Isso a despeito de terem gravado autoridades e não estarem presos quando assinaram os acordos.

Uma vez aceita, a tese vale não só para a J&F (cliente do escritório da mulher de Toffoli), mas para qualquer outra empresa. Não é à toa que a própria Odebrecht também pediu e levou a suspensão da sua multa.

**Minar a credibilidade de um país afeta severamente não só a economia, mas a própria democracia**

Léo Pinheiro, presidente da OAS naquela época, foi atrás. A fila é grande. São bilhões e

bilhões que podem deixar de ser devolvidos aos cofres públicos. Na J&F, R\$ 10 bilhões; na Odebrecht, R\$ 6,8 bilhões (atualizados); Léo Pinheiro, R\$ 45 milhões... e por aí vai.

Importante notar que as empresas não querem rasgar os acordos, porque eles garantem segurança jurídica e permitem participação em licitações públicas. O que elas querem é renegociar valores, e, para isso, os pagamentos suspensos são uma ajuda e tanto na hora de barganhar com as autoridades.

Até agora a Procuradoria Geral da República (PGR) não recorreu, o caso não foi para a análise da turma, nem ao plenário do Supremo Tribunal Federal (STF). Fica tudo pendurado em cima de decisões de

um único juiz.

O principal problema, contudo, nem é o dinheiro que deixará de entrar para o erário. Ao apagar as consequências da corrupção e aliviar a situação de corruptores e corrompidos, o ministro Dias Toffoli deixa um legado de falta de confiança no Brasil.

Não só estrangeiros, mas brasileiros voltam a duvidar da capacidade das suas instituições de investigar e punir. Autoridades preferiram criticar o termômetro e o ministro Toffoli chegou a abrir uma investigação contra a ONG Transparência Internacional, mas minar a credibilidade de um país afeta severamente não só a economia, mas a própria democracia. Já deveríamos ter aprendido com a História. ●

Orçamento Funcionalismo

## Ministra fala em reajuste a servidores neste ano caso arrecadação aumente

**Esther Dweck, da Gestão, afirma que reajuste, porém, não pode comprometer a meta de déficit zero da equipe econômica**

BIANCA LIMA  
BRASÍLIA

A ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, afirmou que, caso a arrecadação federal siga surpreendendo e o governo não tenha de contingenciar (bloquear) gastos, as chances de um reajuste salarial linear neste ano aos funcionários do Executivo federal ficarão maiores.

Como o *Estado* antecipou em setembro, o governo avalia usar parte de um crédito suplementar que poderá ser aberto em maio para corrigir o salário do funcionalismo em 2024. Contas preliminares apontam que esse crédito pode ficar na casa dos R\$ 15 bilhões, mas ele só será aberto se a União arrecadar mais do que o previsto. Além disso, a ministra afir-

mou que esse espaço extra para gastos só deverá ser viabilizado caso a equipe econômica não tenha de contingenciar despesas com o objetivo de alcançar a meta de déficit zero. “Ainda temos o desafio de alcançar a meta para, aí sim, ter essa sobra”, afirmou Esther em conversa com jornalistas.

“Eles (membros da equipe econômica) estavam muito preocupados em fechar as torneiras que faziam o governo perder receita. Eles foram fechando essas torneiras e, com isso, a arrecadação este ano está surpreendendo positivamente, porque é fruto desse trabalho”, afirmou.

Segundo ela, o impacto das medidas arrecadatórias aprovadas pelo Congresso ficará mais claro ao longo do mês de fevereiro, quando os novos números de receitas e despesas deverão ser levados à Junta de Execução Orçamentária (JEO), colegiado formado pelos ministérios da Fazenda, da Gestão e do Planejamento.

Após um aumento linear de 9% em 2023, que teve impacto fiscal de cerca de R\$ 12 bilhões

**Esther quer acordo entre os Poderes para reforma administrativa**

Pressionada pelo Congresso a apresentar uma proposta unificada de reforma administrativa, a ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, afirmou que o Executivo tentará construir uma agenda comum com Legislativo e, “provavelmente”, com o Judiciário. Segundo ela, essas conver-

sas devem ter início após o carnaval. “O que a gente vai tentar, no diálogo com o Congresso, é escolher projetos que sejam prioritários para os dois: Legislativo e Executivo. E Judiciário também, provavelmente”, afirmou. “Esse tema, possivelmente, vai ter um apelo maior este ano. E a nossa proposta é sentar e discutir o que seria um projeto comum.” O objetivo, segundo a ministra, é escolher projetos que sejam prioritários aos três Poderes. ●*AL*

no ano fechado, o governo prevê apenas a correção de benefícios neste ano – o que desagradou aos servidores do Executivo, que pedem isonomia com os funcionários do Legislativo e Judiciário.

“O Orçamento de 2024 já foi impactado pelos 9% (já que o reajuste começou a ser pago em junho de 2023) e a gente teve recomposição dos mínimos constitucionais de Saúde e da Educação. A Saúde, por exemplo, teve quase R\$ 40 bilhões

de aumento em relação ao ano passado. Teve, ainda, a retomada dos investimentos e a alta real (acima da inflação) do salário mínimo. Ou seja, uma série de coisas que disputam espaço com o salário dos servidores. Então tinha um espaço pequeno, por isso que a gente concentrou em benefícios”, disse a ministra.

A proposta do ministério para este ano, apresentada na Mesa Nacional de Negociação Permanente, prevê um reajuste

de 52% no auxílio-alimentação a partir de maio, além de correções no auxílio-creche (de R\$ 321 para R\$ 484,90) e no auxílio-saúde (de R\$ 144,38 para cerca de R\$ 215) – este último também beneficia os servidores inativos.

**BENEFÍCIOS.** Segundo Esther, com essas correções via benefícios, os funcionários que ganham até R\$ 10 mil, que representam 50% dos servidores federais, terão um reajuste bem próximo da inflação, ao redor de 4,5%.

A ministra também afirmou que o governo já se comprometeu com reajustes sala-

**Contracheque**  
**Em 2023, funcionalismo teve reajuste linear de 9%, com impacto de R\$ 12 bi no Orçamento no ano**

riaes em 2025 e 2026, ambos de 4,5%, o que faria com que a correção ao longo do governo Lula ficasse em 19,3% – acima do índice inflacionário projetado para o período, de 16,5%.

“Não repõe as perdas do governo anterior, mas evita que se tenha perda no mandato atual”, disse a ministra.

Segundo ela, não há espaço orçamentário para recompor as perdas inflacionárias dos anos anteriores, como pedem as categorias. ●

## Por desoneração, Fazenda exige nova fonte de receita

BRASÍLIA

O Ministério da Fazenda está disposto a negociar o novo modelo de desoneração da folha de pagamentos com o Congres-

so, desde que alguma medida compense o gasto tributário, fundamental para perseguir a meta de déficit zero em 2024.

O secretário de Política Econômica da pasta, Guilherme Mello, afirma que o sucesso da

nova política para a folha determinará a ampliação dos setores beneficiados.

Mello afirma que a equipe econômica não se opõe a negociar o modelo de desoneração, que pode até custar mais do que

os R\$ 6 bilhões da proposta da Fazenda, se aproximando dos R\$ 9 bilhões da política atual.

“É possível? É. Desde que você encontre outra fonte de receita. Para nós, o mais fundamental é que o princípio da neutralidade fiscal desse benefício seja respeitado”, disse.

No fim de 2023, o governo en-

viou ao Congresso medida provisória revogando a lei que havia prorrogado o atual modelo de desoneração até 2027 para 17 setores, pelo qual há substituição da contribuição previdenciária por um percentual fixo do faturamento, o que gerou desconforto entre os parlamentares. ● **FERNANDA TRISOTTO e AMANDA PUPPO**